PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. Wellington Fagundes)

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, a fim de tornar mais efetiva e rápida a execução de sentença.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de tornar mais efetiva e rápida a execução de sentença.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É ilícito, porém, formular pedido genérico:

I - nas ações universais, se não puder o autor individualizar na petição os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito;

III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

Parágrafo único. Sendo o pedido certo e determinado, será acompanhado do Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), no qual serão discriminados todos os elementos objetivos necessários para a liquidação, tais como:

- I - valores, moedas e datas;*
- II - termo inicial e critério de atualização monetária;*
- III - termo inicial, taxa e regime de capitalização de juros;*
- IV - critério de multa e termo inicial, se cabível;*
- V - critério de honorários advocatícios e termo inicial, se cabível;*
- VI - critérios de outras eventuais rubricas e termos iniciais, se cabíveis.” (NR)*

“Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

.....
Parágrafo único. Após o dispositivo constará também o
Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), que
refletirá todos os elementos objetivos necessários para a
liquidação dele constantes, tais como:

- I - valores, moedas e datas;*
- II - termo inicial e critério de atualização monetária;*
- III - termo inicial, taxa e regime de capitalização de juros;*
- IV - critério de multa e termo inicial, se cabível;*
- V - critério de honorários advocatícios e termo inicial, se cabível;*
- VI - critérios de outras eventuais rubricas e termos iniciais, se cabível.” (NR)*

“Art. 475-B. Quando a determinação do valor da
condenação depender apenas de cálculo aritmético, o
credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do
art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória
discriminada e atualizada do cálculo e com o Resumo dos
Parâmetros de Liquidação (RPL), como disposto no art.
286, Parágrafo Único.” (NR)

“Art. 475-L. A impugnação somente poderá versar sobre:

.....
§ 2º Quando o executado alegar que o exequente, em
excesso de execução, pleiteia quantia superior à
resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato

o valor que entende correto, bem como o Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), sob pena de rejeição liminar dessa impugnação.” (NR)

“Art. 614. Cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial:

I - com o título executivo extrajudicial;

II - com o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação e do Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), quando se tratar de execução por quantia certa;

III - com a prova de que se verificou a condição, ou ocorreu o termo (art. 572).” (NR)

“Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.

.....
§ 5º Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo e Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento.

.....”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta de alteração no CPC (Arts. 286, 458, 475-B, 475-L, 614, 739-A) foi motivada pela constatação de que muitas vezes o processo de liquidação demanda muito mais tempo do que o processo de conhecimento.

Observa-se que o principal motivo da demora é a existência de lacunas e contradições nas decisões exequendas. E muitas vezes essas imperfeições se projetam nos cálculos futuros, inclusive nos cálculos de precatórios.

A proposta de alteração do artigo 458 contempla a ideia central do “Projeto Efetividade da Execução”, de que o dispositivo da decisão judicial seja acompanhado do Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL), para que não ocorra interpretação extensiva pelos contadores judiciais, peritos ou partes no momento da liquidação, evitando longas discussões e a desconfortável situação do magistrado que muitas vezes tem que decidir a partir de um título judicial imperfeito, por vezes inexecuível. O resultado será a diminuição significativa do tempo de tramitação das execuções e cumprimentos de sentença.

Entretanto, há outros momentos processuais que não as decisões em que a demonstração especificada dos parâmetros de liquidação trará à baila elementos objetivos que permitirão ao magistrado e às partes uma visão financeira do processo.

Restando claros os parâmetros necessários para os cálculos do que entendem devido o credor e devedor, a conciliação é facilitada e até mesmo fornece subsídios ao magistrado na prolação de sua decisão, pelo conhecimento dos elementos objetivos em discussão nos autos.

O Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL) é introduzido, portanto, no pedido inicial (art. 286), na decisão (artigo 458), na petição inicial do cumprimento de sentença (art. 475-B), na impugnação ao cumprimento de sentença (art. 475-L), na petição nas diversas espécies de execução (artigo 614) e nos embargos do devedor (art. 739-A).

Eis dispositivo hipotético para exemplo de utilização do Resumo dos Parâmetros de Liquidação (RPL):

“Isto posto, condeno a Ré a reembolsar ao Autor a importância de R\$100.000,00 (cem mil Reais), atualizados pela tabela uniforme de atualização de débitos na Justiça Estadual aprovada no XI – ENCOGE disponível na data do cálculo, com termo inicial em 01.02.2002, data do efetivo prejuízo, acrescidos de juros moratórios de 0,5% a.m. simples desde a data da citação, 01.07.2002, até 01.2003 (entrada em vigor do Novo

Código Civil) e de 1% a.m. simples de 02.2003 até o termo final de correção monetária.

Condeno, ainda, a Ré, em honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação e ao reembolso das custas pagas pela autora em 15.06.2002, no valor de R\$100,00 (cem reais), atualizados pela mesma tabela antes referida.”

Entendendo que esta proposta vem aperfeiçoar o processo de liquidação de sentença, conto com o apoio dos ilustres pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado WELLINGTON FAGUNDES